

Praticando

Solução Editora
a solução para o seu concurso!

ENAM

1.000

QUESTÕES GABARITADAS

- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito e Formação Humanística
- ▶ Direitos Humanos
- ▶ Direito Processual Civil
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Empresarial
- ▶ Direito Penal

FGV
E OUTRAS BANCAS



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ENAM

**1000 QUESTÕES GABARITADAS - EXAME
NACIONAL DA MAGISTRATURA**

EDITAL DE ABERTURA Nº 1/2026



CÓD: SL-019MR-26
7908433293637

Questões Gabaritadas:

| | |
|--|-----|
| 1. Direito Constitucional | 5 |
| 2. Direito Administrativo..... | 43 |
| 3. Noções de Direito e Formação Humanística..... | 79 |
| 4. Direitos Humanos | 113 |
| 5. Direito Processual Civil..... | 143 |
| 6. Direito Civil..... | 185 |
| 7. Direito Empresarial | 229 |
| 8. Direito Penal | 277 |

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2024)

Com relação ao Federalismo Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) Os Estados-Membros possuem autonomia econômica, política e organizacional, praticando auto-organização mediante um poder constituinte próprio.

(B) Cada Estado-Membro tem suas próprias leis, mas concorda em renunciar a parte de seu poder de legislar para ter uma legislação comum com os demais membros da federação, visando a obter vantagens decorrentes da integração sem perder soberania política.

(C) O governo central concentra as decisões políticas, contudo, descentraliza a execução dessas decisões. Esta descentralização de competências administrativas pode ocorrer em nível municipal ou regional em um ou em vários níveis simultaneamente.

(D) Após a tomada de decisão pelo governo central, os demais entes públicos adquirem alguma autonomia política decidindo no caso concreto o que deve ser feito para executar as políticas públicas definidas.

(E) Comporta verdadeira descentralização política, sendo atribuídos poder e capacidade política aos entes integrantes do sistema. A soberania é uma, e a Constituição reserva aos integrantes autonomia, maior ou menor.

2. (FGV - 2025)

Após uma década de vigência da Constituição do Estado Alfa, que buscou amparar em seu texto diversas ideologias do ambiente sociopolítico, não raro divergentes entre si, a exemplo dos pensamentos liberal e social, constatou-se que os seus aspectos sistêmicos vinham sendo solenemente ignorados pelas estruturas estatais de poder, que criaram procedimentos paralelos para reger sua atuação, inclusive nas relações com a pessoa humana.

A Constituição do Estado Alfa pode ser classificada como:

(A) plena e sistemática.

(B) cesarista e ortodoxa.

(C) axiológica e normativa.

(D) semântica e dogmática.

(E) nominal e compromissória.

3. (FGV - 2024)

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é a lei fundamental que organiza o Estado brasileiro e estabelece os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos.

Entre os direitos que não são passíveis de um Estado Democrático assegurar, constantes no preâmbulo da Constituição, encontra-se pertinente o exercício da

(A) liberdade.

(B) segurança.

(C) igualdade.

(D) meritocracia.

(E) justiça.

4. (FGV - 2024)

A Constituição pode ser compreendida como um conjunto de normas que criam e fixam competências dos principais órgãos do Estado, e disciplinam as interações e controles recíprocos entre os mesmos. A respeito da Constituição, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Com base na ideia de que existem temas típicos de uma Constituição, é possível falar em normas materialmente constitucionais, o que, no entanto, recebe crítica devido à influência ideológica dominante em certo momento da história do constitucionalismo.

() As normas formalmente constitucionais são aquelas encontradas no texto da Constituição e elas só podem ser aí inseridas pelo Poder Constituinte quando materialmente constitucionais.

() A inserção de um tema como norma constitucional encontra razão, dentre outras, na concessão de maior estabilidade conferida pelo status constitucional, independentemente da categorização da Constituição como rígida.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.

(B) F – F – V.

(C) V – V – F.

(D) F – V – V.

(E) V – V – V.

5. (FGV - 2023)

Maria, estudiosa do direito constitucional, constatou que a Constituição do País Alfa foi elaborada e publicada pelo ditador que ali detinha o controle do poder político, isto sem qualquer participação popular. Além disso, o objetivo dessa Constituição era tão somente o de formalizar, no plano normativo, o poder exercido pelo referido ditador, sendo moldada por ele conforme a sua conveniência.

Essa Constituição é classificada como:

(A) cesarista e nominal;

(B) outorgada e semântica;

(C) autocrática e normativa;

(D) estatal e pós-positivista;

(E) promulgada e compromissória.

6. (FGV - 2024)

Uma reforma constitucional reconheceu determinado direito social de viés prestacional em benefício dos oficiais da Polícia Militar. Esse direito foi veiculado em norma constitucional de eficácia limitada.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a referida norma constitucional:

(A) deu origem a um direito subjetivo;

(B) revoga a legislação infraconstitucional preexistente que seja com ela incompatível;

(C) não produzirá nenhum efeito até que sua eficácia seja integrada pela legislação infraconstitucional;

(D) permite a imediata fruição do direito, embora a legislação infraconstitucional possa reduzir o seu alcance;

(E) assegura a imediata observância do conteúdo essencial do direito, mas admite a ponderação dos aspectos periféricos.

7. (FGV - 2025)

Ao analisar um processo administrativo fiscal, o auditor com competência para a matéria observou que o artigo da Constituição da República objeto de análise deveria ser compreendido em uma perspectiva unívoca, na qual o intérprete deve desenvolver uma atividade de conhecimento da norma preexistente, não se arvorando em partícipe do processo de criação normativa.

Nesse caso, é correto afirmar que as considerações do auditor

(A) são refratárias ao formalismo clássico.

(B) se harmonizam com o processo de mutação constitucional.

(C) se harmonizam com as concepções teóricas lastreadas no realismo jurídico.

(D) reconhecem a importância da dicotomia entre programa da norma e âmbito da norma na interpretação constitucional.

(E) são refratárias às concepções teóricas que se valem do pensamento problemático na interpretação constitucional.

8. (FGV - 2025)

Instado a emitir parecer sobre a interpretação a ser dada ao Art. X da Constituição da República, um Procurador da Assembleia Legislativa do Estado Ômega defendeu que a jurisprudência dos conceitos é refratária à influência dos referenciais axiológicos colhidos no ambiente sociopolítico, no delineamento do significado da norma constitucional. Esse modo de compreender a norma valoriza a importância do momento de criação em detrimento do momento de aplicação, operando o intérprete nesse último. Na perspectiva do que foi dito pelo Procurador, é correto afirmar que

(A) a teoria que expôs é incompatível com a lógica do razoável.

(B) há uma compreensão errada da jurisprudência dos conceitos.

(C) a influência dos valores no delineamento da norma constitucional é típica do originalismo.

(D) o intérprete exerce uma atividade tipicamente constituinte ao decidir pelo significado a ser atribuído à norma, considerando o problema concreto.

(E) a jurisprudência dos conceitos apresenta uma relação de complementaridade lógica com a jurisprudência dos interesses e a Escola do Direito Livre.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2024)

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece os princípios fundamentais da Administração Pública. Inscritos no artigo 37, esses princípios formam a base para uma administração pública que deve ser transparente, responsável e comprometida com o bem-estar coletivo.

O princípio relacionado ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública para alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público é denominado Princípio da

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Publicidade.
- (E) Eficiência.

2. (FGV - 2023)

Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

I. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

II. Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

III. Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2024)

A sociedade Alfa pleiteou um ato discricionário perante a Administração Pública Municipal, de modo que cabe ao órgão competente analisar da conveniência e oportunidade para fins de deferimento do pedido formulado, no âmbito do mérito administrativo.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que os elementos do ato administrativo que integram o respectivo mérito são

- (A) competência e finalidade.
- (B) motivo e objeto.
- (C) forma e objeto.
- (D) competência e motivo.
- (E) finalidade e forma.

4. (FGV - 2025)

Ao aprofundar os seus estudos acerca dos atos administrativos, Suelena verificou que nem todos os atos administrativos são dotados do atributo da imperatividade, vindo a concluir corretamente que um exemplo de ato em tais circunstâncias é o seguinte:

- (A) Certidão.
- (B) Multa.
- (C) Decreto.
- (D) Portaria.
- (E) Remoção de veículo.

5. (FGV - 2022)

Flávio estacionou seu veículo em local proibido, numa rua no centro da cidade, e o poder público do Município Alfa, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, lhe aplicou uma multa, como meio indireto de coação.

Carlos estacionou seu veículo em local proibido, em frente à entrada de um hospital, e o poder público do Município Beta, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, procedeu ao guincho do automóvel, como meio direto de execução do ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejaram as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente,

- (A) exigibilidade e autoexecutoriedade.
- (B) imperatividade e presunção de veracidade.
- (C) imperatividade e executoriedade.
- (D) tipicidade e exigibilidade.
- (E) autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

6. (FGV - 2021)

No bojo de inquérito policial em que se apura a eventual prática do crime de falsidade material, consistente na suposta assinatura de Maria em um contrato de locação, o Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) elaborou perícia grafotécnica concluindo que a assinatura analisada é proveniente do punho de pessoa identificada como João da Silva. O laudo de exame grafotécnico foi elaborado por peritos criminais com as devidas cautelas técnicas e legais.

Insatisfeito com as conclusões do laudo, João da Silva procurou advogado que lhe explicou que, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o citado laudo goza do atributo da:

- (A) presunção de veracidade, que não é absoluta, pois admite prova em sentido contrário;
- (B) imperatividade, que vincula a autoridade policial na ocasião da conclusão das investigações;
- (C) presunção de legitimidade, que somente pode ser afastada por três novos laudos;
- (D) exigibilidade, que vincula os demais agentes públicos que atuarem no caso, salvo se houver superveniência de notícia de prova nova;
- (E) autoexecutoriedade, que vincula os demais agentes públicos que atuarem no caso, salvo se houver superveniência de efetiva prova nova.

7. (FGV - 2023)

A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encomenda, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado.

Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

- (A) enunciativo.
- (B) ordinatório.
- (C) normativo.
- (D) punitivo.
- (E) negocial.

8. (FGV - 2024)

Em observância às formalidades legais, a autoridade administrativa competente, no âmbito do Ministério da Cultura, editou um ato administrativo válido, em contemplação a um pedido formulado pelo artista Caio. Contudo, após alguns meses, o referido ato administrativo foi extinto, pois Caio passou a descumprir, reiteradamente, as condições fixadas pela Administração Pública.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o ato administrativo foi extinto em razão da

- (A) caducidade.
- (B) revogação.
- (C) anulação.
- (D) cassação.
- (E) recusa.

9. (FGV - 2024)

Ao estudar as hipóteses de extinção do ato administrativo, Júlia verificou que há uma modalidade em que isso ocorre em razão da incompatibilidade do ato administrativo com outro posterior, tal como ocorre com a nomeação do servidor, que é extinta com a sua exoneração.

Tal modalidade de extinção corresponde a:

- (A) recusa;
- (B) renúncia;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) contraposição.

10. (FGV - 2024)

Os atos administrativos negociais ou consensuais podem ser extintos a pedido do próprio particular interessado, mesmo nas hipóteses em que já tenha usufruído parcialmente de seus efeitos.

Essa hipótese é denominada

- (A) renúncia.
- (B) anulação.
- (C) recusa.
- (D) convalidação.
- (E) revogação.

NOÇÕES DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

1. (2024)

Os princípios e as práticas de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) estão cada vez mais presentes nos discursos acadêmicos, na pesquisa científica e na agenda das políticas públicas. Eles envolvem a discussão das dimensões das desigualdades, abordando aspectos étnicos, raciais, geracionais, sexuais, de gênero, classe, dentre outros, que interagem em níveis múltiplos e, muitas vezes, simultâneos. Tais princípios são permeados pela compreensão de que aspectos das identidades sociais e políticas se combinam para criar diferentes formas de discriminação e, também, de privilégios.

Essa compreensão expressa uma perspectiva

- (A) intersticial
- (B) intersetorial
- (C) intersubjetiva
- (D) interseccional
- (E) interdiscursiva

2. (2025)

Uma das ferramentas utilizadas no controle de recursos humanos corresponde a aplicação de elementos de jogos e mecânicas de jogo, como recompensas, pontos, rankings e desafios, em contextos não relacionados a jogos, com o objetivo de engajar, motivar e melhorar o desempenho dos colaboradores. Assinale a alternativa correspondente.

- (A) Gamificação.
- (B) Workboard.
- (C) Hondana.
- (D) Software de recrutamento e seleção.

3. (2024)

A Gestão de Pessoas corrobora para a construção de um ambiente organizacional onde as relações indivíduo/ organização oportunizem resultados mais satisfatórios tanto a nível pessoal quanto corporativo. Nessa sistemática, as políticas e práticas da Administração de Recursos Humanos (ARH) têm impacto positivo no desempenho da organização ratificado por meio dos enunciados a seguir, exceto:

(A) Melhorar as competências e habilidades dos funcionários, contribuindo para aumentar a motivação dos trabalhadores.

(B) Manter os funcionários mais competentes comprometidos com a organização e encorajar os não comprometidos com a organização a abandoná-la.

(C) Nem todas as atividades da ARH têm natureza estratégica.

(D) Como a ARH é uma função de apoio, ela deve ser consistente com a estratégia, adequada à estrutura da organização e deve contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.

(E) Uma diversidade de fatores ambientais influencia no processo de ARH, porém nem todas as mudanças que o ambiente promove na organização têm impacto em seus membros.

4. (2023)

Considerando o gerenciamento de pessoas como fator de criação do valor público, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O valor se baseia nos desejos e nas percepções dos indivíduos, em consequência, os gerentes do setor público precisam satisfazer alguns desejos e trabalhar de acordo com algumas percepções, mas sem perder de vista que esses desejos são expressos como demandas coletivas.

(B) Guardadas as diferenças, tanto os clientes de empresas privadas como os usuários dos serviços públicos precisam ficar satisfeitos e ter suas expectativas cumpridas.

(C) O gerente deverá optar por modelos de gestão direcionados à obtenção da maior eficiência, eficácia e efetividade das atividades internas, o que em geral é suficientemente relevante, ainda que parcialmente ancorado no propósito da criação de valor público.

(D) A política está para o gerente do setor público assim como uma expectativa está para o empresário privado.

(E) Não é suficiente que os gerentes simplesmente mantenham a continuidade de suas organizações ou ainda que as organizações se tornem mais eficientes nas tarefas correntes.

5. (2023)

A gestão de pessoas nas organizações se resume ao conjunto de habilidades e estratégias que os responsáveis pelo processo precisam ter para gerenciar os seus colaboradores. Acerca desse tema, preencha as lacunas abaixo, no que concerne aos pilares da gestão de pessoas.

A _____ e o _____ são os primeiros princípios fundamentais para uma boa gestão de pessoas. Já a _____ é a base de qualquer tipo de relação.

Assinale a alternativa cujos termos completam corretamente as lacunas.

- (A) Autoconfiança, compromisso, assertividade
- (B) Pontualidade, absenteísmo, empatia
- (C) Motivação, engajamento, comunicação
- (D) Assertividade, absenteísmo, comunicação
- (E) Moralidade, engajamento, empatia

6. (FGV - 2025)

A Gestão de Recursos Humanos (GH) pode ser estruturada em cinco processos básicos: provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoramento, cada um com objetivos e atividades específicas.

Assinale a opção que relaciona o processo de GH ao seu objetivo e a suas atividades principais.

- (A) O processo de provisão tem como objetivo preparar as pessoas e envolve ações como treinamento e desenvolvimento organizacional.
- (B) O processo de aplicação está focado em saber o que são e o que fazem as pessoas, incluindo atividades como banco de dados e balanço social.
- (C) O processo de manutenção busca manter as pessoas trabalhando na organização por meio de ações como remuneração, benefícios, qualidade de vida e segurança no trabalho.
- (D) O processo de desenvolvimento tem como foco a seleção de pessoas, com atividades como recrutamento e integração.
- (E) O processo de monitoramento está voltado para descrever cargos e modelar o trabalho, atividades típicas da fase de aplicação.

7. (FGV - 2024)

Em seu processo de elaboração do mapa estratégico, uma autarquia definiu como objetivos, em termos de impactos para a sociedade, resultados para o mercado, objetivos de processos finalísticos e objetivos de ativos organizacionais. Os objetivos relacionados aos ativos organizacionais estariam ligados às equipes internas de gestão financeira, de pessoas, de TI e patrimonial-logística.

Dentre os objetivos relacionados aos ativos organizacionais, é um objetivo estratégico da área de gestão de pessoas:

- (A) garantir autonomia orçamentária e administrativa;
- (B) estimular inovações financeiras e tecnológicas e a competição no mercado;
- (C) desenvolver estrutura física, tecnológica e integração de sistemas em nível de excelência;
- (D) ampliar a eficácia da atuação junto ao mercado;
- (E) ampliar a capacidade de liderança das chefias e o engajamento dos servidores.

8. (FGV - 2024)

A nova abordagem para engajar talentos foca em criar um ambiente de trabalho inclusivo e dinâmico, onde a colaboração, o desenvolvimento pessoal e o reconhecimento contínuo são fundamentais para impulsionar a motivação e a dedicação dos colaboradores.

Assinale a opção que apresenta uma abordagem considerada ultrapassada para engajar talentos.

- (A) Modelo de ordem e de obediência cega.
- (B) Ênfase na flexibilidade das pessoas.
- (C) Baseado nas diferenças individuais.
- (D) Modelo de autodeterminação e autorrealização.
- (E) Diferenciação e diversidade.

9. (2023)

A gestão de pessoas possui uma gama de unidades denominadas de subsistemas no sentido de favorecer a gestão e desenvolvimento do RH. Assinale a alternativa correspondente a atividades relacionadas ao subsistema de Alocação em RH:

- (A) Análise de cargos e remuneração.
- (B) Incentivos e benefícios.
- (C) Recrutamento e seleção.
- (D) Treinamento e desenvolvimento.
- (E) Remuneração e pesquisa de clima.

DIREITOS HUMANOS

1. (FGV - 2025)

No que diz respeito à justiciabilidade dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Tribunais Internacionais da ex-Iugoslávia e o de Ruanda são os antecedentes do Tribunal Penal Internacional criado pelo Estatuto de Londres em 1998.
- (B) Com competência para julgar os crimes cometidos ao longo do nazismo, seja pelos líderes do partido, seja pelos oficiais militares, o Tribunal de Nuremberg foi regulamentado pelo Acordo de Roma.
- (C) O Tribunal de Nuremberg foi o ponto de partida da justicialização dos Direitos Humanos, inovando ao afirmar a responsabilidade internacional penal do indivíduo.
- (D) O Tribunal Penal Internacional aplica o costume internacional para a condenação criminal de indivíduos pela prática de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.
- (E) O exercício da jurisdição internacional pode ser acionado mediante denúncia de um Estado-parte ou de uma ou várias vítimas.

2. (FGV - 2025)

Assinale a opção que apresenta corretamente uma característica dos Direitos Humanos, aqueles direitos essenciais e indispensáveis à vida digna.

- (A) Renunciabilidade, pois o titular do direito pode abdicar do seu exercício.
- (B) Alienabilidade, uma vez que podem ser objetos de ação indenizatória, quando violados.
- (C) Essencialidade, em razão de serem essenciais por natureza, do ponto de vista material e formal.
- (D) Prescritibilidade, posto que devem ser exercidos em um determinado período, sob pena de preclusão.
- (E) Dependência, uma vez que são direitos autônomos, que são exercidos de forma independente, um dos outros.

3. (FGV - 2025)

Sobre a *teoria geral dos direitos humanos*, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os direitos humanos são alienáveis, tendo em vista que podem ser atribuídos valores para fins de venda.
- (B) Direitos fundamentais e direitos humanos são sinônimos, uma vez que são aqueles previstos em normas internacionais na defesa da dignidade da pessoa humana.
- (C) A ideia de que os direitos humanos são indivisíveis decorre do reconhecimento de que possuem a mesma proteção jurídica, sendo essenciais para uma vida digna.
- (D) Um dos princípios basilares dos direitos humanos é a universalidade, uma vez que todo cidadão pode exercer o seu direito, mesmo que em detrimento de outrem.
- (E) A teoria jusnaturalista busca explicar os direitos humanos como aqueles que decorrem do ordenamento jurídico produzido pelo homem, que regula os fatos da natureza.

4. (FGV - 2025)

Em sua evolução histórica, os direitos humanos passaram por distintas fases de sedimentação do seu conteúdo e do correlato reconhecimento da necessidade de serem observados nos diversos quadrantes do mundo.

Em relação a esse processo de evolução, é **correto** afirmar que

- (A) ocorreu a transição do universalismo para o relativismo cultural.
- (B) a proteção dos direitos de defesa apresentou uma antecedência lógica em relação aos direitos prestacionais.
- (C) após o surgimento dos mecanismos regionais de proteção aos direitos humanos, desenvolveu-se o direito humanitário.
- (D) apesar de a Liga das Nações ter restringido os direitos humanos, eles se desenvolveram no plano consuetudinário após a primeira guerra mundial.

(E) com o segundo pós-guerra, ocorreu a imediata retração no processo expansivo dos direitos humanos, o que foi retomado na década de sessenta do século XX.

5. (FGV - 2025)

Determinado grupo de ativistas dos Direitos Humanos apregoava que a completude da personalidade individual somente seria alcançada com a plena integração do ser humano ao ambiente sociopolítico.

Ainda de acordo com o grupo de ativistas, para a realização do referido objetivo é indispensável a construção de uma cidadania plena, expressão indicativa de que

- (A) é assegurado o sufrágio parcial, sem a exclusão de grupos historicamente reprimidos.
- (B) devem ser assegurados ao indivíduo níveis adequados de satisfação dos direitos civis, políticos e sociais.
- (C) os direitos políticos devem apresentar uma relação de sobreposição entre os conceitos de capacidade eleitoral ativa e passiva.
- (D) os direitos políticos devem instrumentalizar a generalidade dos direitos civis, o que permitirá a realização dos direitos sociais conforme o mérito individual.
- (E) a dignidade da pessoa humana é materializada com o reconhecimento dos direitos de defesa, o que possibilitará ao indivíduo a obtenção dos direitos políticos e dos sociais.

6. (FGV - 2025)

Acerca do embate entre *relativistas e universalistas*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os relativistas só aceitam os direitos positivados.
- (B) Os Direitos Humanos, para os universalistas, são decorrência da dignidade humana.
- (C) Os relativistas afirmam que a existência dos Direitos Humanos depende da sua instrumentalidade.
- (D) Os Direitos Humanos não são geracionais tanto para os universalistas quanto para os relativistas.
- (E) Os universalistas sustentam que os Direitos Humanos devem ter idêntico *status* em todos os ordenamentos jurídicos.

7. (FGV - 2025)

As opções a seguir tratam da teoria crítica dos Direitos Humanos, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O pensamento hegemônico é o alvo principal da teoria crítica dos Direitos Humanos.
- (B) A teoria do “Fim dos Direitos Humanos” sustenta que a defesa desses depende da sua positivação.
- (C) A dignidade é a essência dos Direitos Humanos e por isso não se pode admitir valorações diversas para a dignidade humana.
- (D) O conceito de Direitos Humanos deve ser revisito para incluir, em sua essência, o multiculturalismo, como forma de respeito às especificidades dos povos.
- (E) A classificação de Direitos Humanos por gerações não é adequada porque transmite a ideia de sucessão histórica, quando na verdade se observa a concomitância de direitos

8. (FGV - 2025)

Sendo correto asseverar que se pode provar a afirmação histórica dos Direitos Humanos por meio das normas que declaram tais direitos, assinale a opção que **não** contém um documento normativo dessa afirmação.

- (A) A Magna Carta, de 1215.
- (B) A Constituição Alemã, de 1919.
- (C) A Convenção de Viena, de 1969.
- (D) O Estatuto do Tribunal Penal Internacional, de 1998.
- (E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

9. (FGV - 2025)

O Art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição da República dispôs sobre a relação entre o direito interno e o direito internacional. O Brasil não dispõe, ainda, de um instrumento para a internalização das regras de cumprimento das recomendações e decisões oriundas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o que, na prática, gera inúmeras dificuldades para o seu adequado e eficiente cumprimento.

Assinale a opção que indica esse instrumento.

- (A) Lei-ponte.
- (B) Medida provisória.
- (C) Decreto do executivo.
- (D) Decreto legislativo para aprovação de convenção ou tratado.
- (E) Resolução do Ministério das Relações Exteriores criando o regimento interno para cumprimento de decisões do Sistema Interamericano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2023)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é **correto** afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;
- (E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

2. (FGV - 2024)

A jurisdição é a atividade estatal de solução de conflitos de interesse e tutela de direitos. Ao lado da ação e do processo, a jurisdição constitui o tripé fundamental da teoria geral do processo.

Sobre os princípios aplicáveis à jurisdição, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da inevitabilidade aduz que ao juiz não é dado deixar de julgar, ainda que haja lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico.
- (B) A improrrogabilidade é absolutamente incompatível com a prorrogação da competência, ainda que se trate de competência relativa.
- (C) A indelegabilidade veda peremptoriamente a delegação de atos de instrução a outros juízes, como é o caso das cartas de ordem e precatórias instrutórias, as quais são inadmissíveis.

(D) A investidura dispõe que o juiz deva ser aprovado em concurso público de provas e títulos, motivo pelo qual os membros de tribunais indicados pelo quinto constitucional não possuem investidura.

(E) O princípio do juiz natural assevera que as regras de competência devem ser prévia e abstratamente definidas, vedando-se a designação de juízos ad hoc.

3. (FGV - 2025)

Determinado órgão jurisdicional de primeira instância do País Alfa expediu solicitação de que certo ato processual fosse praticado no território brasileiro.

O embaixador do referido País, que não celebrara tratado sobre a temática com a República Federativa do Brasil, ao tomar conhecimento da expedição da solicitação, observou corretamente que ela deve ser direcionada

- (A) a um juiz federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos e, se for o caso, lhe dará cumprimento.
- (B) ao Supremo Tribunal Federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (C) ao Superior Tribunal de Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (D) ao Ministro da Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento por um juiz federal.
- (E) ao Ministro das Relações Exteriores, que avaliará a observância dos requisitos exigidos e solicitará o seu cumprimento pelo Supremo Tribunal Federal.

4. (FGV - 2023)

O tripulante de um barco brasileiro foi morto pelo ataque de uma embarcação estrangeira no mar territorial brasileiro. Os descendentes da vítima ajuizaram ação de responsabilidade civil em face do Estado estrangeiro perante a Justiça Federal brasileira, alegando tratar-se de caso de violação de direitos humanos.

Nessa situação hipotética, é **correto** afirmar que:

- (A) a Justiça Federal brasileira tem competência para processar e julgar a causa, não sendo hipótese de imunidade de jurisdição;
- (B) caso a mesma ação tenha sido proposta no exterior, deverá o processo ser extinto sem julgamento de mérito, em razão da litispendência;
- (C) caso a mesma ação tenha sido proposta no exterior, deverá o processo ser suspenso para aguardar o julgamento da ação pela Justiça estrangeira;
- (D) deverá ser reconhecida de ofício a imunidade de jurisdição em favor do Estado estrangeiro, por tratar-se de ato de império, devendo o processo ser extinto sem julgamento de mérito;
- (E) o Estado estrangeiro deve ser citado para oferecer resposta, mas, caso invoque sua imunidade, deverá o processo ser extinto sem julgamento de mérito, por tratar-se de ato de império.

5. (FGV - 2025)

Com relação ao tema da competência no Direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() O Direito brasileiro não adota o princípio de que todo Juiz tem competência para analisar sua própria competência, de forma que nenhum Juiz é totalmente incompetente.

() Determina-se a competência no momento da citação válida do réu, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

() A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

6. (FGV - 2024)

André intentou ação popular, pleiteando a declaração de nulidade de contrato celebrado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. De acordo com a petição inicial, o contrato impugnado, além de lesivo ao patrimônio público, foi fruto de desvio de finalidade, consubstanciado no propósito de favorecer a empresa contratada. A peça exordial foi distribuída

no dia 27 de fevereiro de 2024 a um juízo dotado de competência para matéria fazendária de uma determinada comarca. Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, as citações dos litisconsortes passivos ocorreram nos dias 25 e 28 de março de 2024.

Ignorando a iniciativa de André, Bruno também ajuizou ação popular para ver declarado nulo o mesmo contrato, estribando-se, para tanto, no argumento de que a avença padecia de vícios de forma e de incompetência do agente estatal que a firmara. A petição inicial foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma comarca, o que se deu no dia 05 de março de 2024, efetivando-se as citações, após o juízo positivo de admissibilidade da demanda, nos dias 18 e 21 de março de 2024.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que

- (A) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.
- (B) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.
- (C) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.
- (D) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.
- (E) não está configurada a conexão nem a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos tramitar separadamente perante os juízos aos quais foi distribuída cada petição inicial.

7. (FGV - 2024)

A relação entre ações é fenômeno processual com eventual aptidão para modificar a competência. A respeito do assunto, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A conexão entre duas ou mais ações se dá, quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2025)

Antônia é mãe de três filhas: Dulce, Lia e Severina. Dulce, 15 anos de idade, e Lia, 17 anos de idade, cursam o ensino médio em uma escola estadual pernambucana. Já Severina, 20 anos de idade, por estar em estado de coma internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital particular, não pode expressar a sua vontade.

Analise a situação hipotética e com base no tema Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Todas as filhas de Antônia são relativamente incapazes.
- (B) Dulce e Lia são relativamente incapazes, já Severina, absolutamente incapaz.
- (C) Dulce e Severina são relativamente incapazes, já Lia, absolutamente incapaz.
- (D) Lia e Severina são relativamente incapazes, já Dulce, absolutamente incapaz.
- (E) Dulce e Severina são absolutamente incapazes, já Lia, relativamente incapaz.

2. (FGV - 2024)

A emancipação daquele com 16 anos completos dependerá de autorização judicial e registro público quando decorrer:

- (A) da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público;
- (B) da colação de grau em curso de ensino superior;
- (C) do exercício de emprego público efetivo;
- (D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria;
- (E) da concessão pelo tutor.

3. (FGV - 2024)

Bernardo Isaura, de 56 anos, possui um histórico de alcoolismo que vem se agravando ao longo do tempo, causando grande preocupação à sua família. Temendo o comprometimento de seu patrimônio, sobretudo após ele ter celebrado um contrato de empréstimo pessoal de elevado valor com uma instituição financeira, seus familiares consultam um renomado escritório de advocacia em Mato Grosso em busca de uma solução jurídica. Analise a situação apresentada e assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Comprovada a condição de ébrio habitual de Bernardo, é possível sua interdição como relativamente incapaz.
- (B) Bernardo deve ser considerado como pródigo, sendo possível sua interdição como absolutamente incapaz.
- (C) É possível a interdição de Bernardo como absolutamente incapaz, desde que demonstrada a vulnerabilidade clínica.
- (D) Bernardo é relativamente incapaz, não necessitando de pronunciamento judicial, bastando depoimento pessoal dos familiares.
- (E) Caso a família tenha comprovação do alcoolismo de Bernardo, ele será interditado como absolutamente incapaz.

4. (FGV - 2024)

No contexto das Olimpíadas de 2024, determinado fornecedor de produtos esportivos produziu comercial em que, a partir de inteligência artificial generativa, diversos atletas brasileiros, já falecidos, apareciam recebendo medalhas de ouro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) como o direito brasileiro ainda não contempla a solução para essas questões, nomeadamente a herança digital e a exploração de imagens de pessoas falecidas, por inteligência artificial, por ora não seria possível responsabilizar a empresa que produziu o comercial;
- (B) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para estas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre

direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao espólio requerer que cesse a exploração da imagem, mas não caberá indenização por perdas e danos;

(C) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem, mas não caberá indenização por perdas e danos;

(D) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem e, bem assim, perdas e danos, sem presunção de prejuízo;

(E) embora o direito brasileiro ainda não contemple solução específica para essas questões, podem-se utilizar, por ora, os dispositivos que versam sobre direitos da personalidade, de modo que, nesse contexto, tocará ao cônjuge, aos ascendentes ou aos descendentes requerer que cesse a exploração da imagem e, bem assim, perdas e danos, com presunção de prejuízo.

5. (FGV - 2023)

Em demanda de divórcio cumulada com alimentos, o ex-marido propõe à ex-mulher sustentá-la para o resto da vida, abastadamente, desde que ela acrescesse a seu sobrenome a palavra Traíra, a fim de que ficasse para sempre marcada pelo que lhe fizera durante o casamento.

A ex-esposa aceita a proposta, porque estava necessitada financeiramente e também porque consegue negociar a possibilidade de abreviar o sobrenome para evitar sua

divulgação.

Nesse caso, é correto afirmar que o acordo:

(A) deverá ser homologado, considerando que as partes são maiores e capazes, de modo que sua autodeterminação deve ser prestigiada, especialmente quando se mostrar essencial à autossustentância;

(B) não poderá ser homologado, porque envolve direito da personalidade, irrenunciável; mas, diante do interesse manifestado pela ex-mulher, poderia

ser aproveitado pela adoção de um pseudônimo, cujo regime jurídico é mais brando e diferente daquele que rege o nome;

(C) só poderá ser homologado se as partes conferirem natureza indenizatória aos pagamentos realizados pelo ex-marido, porque ninguém pode ser remunerado pela renúncia a direitos da personalidade, apenas compensado por indenização por danos morais;

(D) não poderá ser homologado, porque envolve direito da personalidade, irrenunciável; sendo certo que igual raciocínio seria desenvolvido caso envolvesse um pseudônimo, cuja proteção legal é idêntica à dispensada ao nome;

(E) só poderá ser homologado se as partes conferirem natureza transitória ao acréscimo do sobrenome, porque aí se terá uma limitação parcial e passageira de direito da personalidade.

6. (FGV - 2022)

Jaqueline, solteira, vem a falecer. Como possíveis herdeiros, Jaqueline contava apenas com Marcos e João, seus sobrinhos e irmãos entre si. Ao descobrir que Jaqueline, por testamento, afastou os sobrinhos da herança para deixá-la à Associação de Caridade Solidária e à amiga Carolina, Marcos desferiu insultos à falecida tia no perfil que ela mantinha em rede social.

Diante disto, cabe buscar a cessação da lesão à honra de Jaqueline

(A) a João e a Marcos, conjuntamente.

(B) à Associação de Caridade Solidária.

(C) ao Ministério Público.

(D) à Associação e a Carolina, conjuntamente.

(E) a João.

7. (FGV - 2025)

Após um devastador acidente ambiental, a União, o Estado do Rio de Janeiro e a Sociedade XPTO S.A. firmaram termo de ajustamento de conduta pelo qual criaram a fundação de direito privado vocacionada a promover a recuperação da área degradada no Município de Miracema. Anos depois, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro constatou que a fundação deixou de prestar contas nos prazos assinados.

Por isso, ingressou com ação civil pública visando à extinção das obrigações do ente, bem como à condenação de seus dirigentes ao pagamento de indenização por danos coletivos.

Nesse cenário, à luz exclusivamente do ordenamento cível, assinale a afirmativa correta.

DIREITO EMPRESARIAL

1. (FGV - 2025)

Francisco Morato tem domicílio em Cidade Ocidental/GO e pretende ser empresário individual em Brasília/DF. Se o negócio der certo, Francisco Morato pretende abrir duas filiais, uma em Unai/MG e, outra, em Natividade/TO.

Considerando-se as normas do Código Civil para a inscrição do empresário e da instituição de filiais, é correto afirmar que Francisco Morato devesse realizar sua inscrição como empresário na Junta Comercial do

(A) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, sem necessidade de averbação da constituído das filiais na Junta Comercial do Estado de Goiás.

(B) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresaria, Brasília, e, com relação as filiais, nas Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais e do Tocantins, com averbação da constituição das filiais na Junta Comercial do Distrito Federal.

(C) Estado de Goiás, tendo como referência a cidade do seu domicílio, Cidade Ocidental, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial, por ser o lugar do seu domicílio.

(D) Distrito Federal, tendo como referência a sede da sociedade empresária, Brasília, e, com relação às filiais, na mesma Junta Comercial por ser o lugar da sede.

2. (FGV - 2022)

Paulo Ramos explora, em caráter permanente e profissional, empresa rural voltada para o beneficiamento da carnaúba.

Considerando-se a condição de empresário rural de Paulo Ramos, é **correto** afirmar, quanto ao registro na Junta Comercial, que o empresário rural

(A) está obrigado à inscrição na Junta Comercial, e, caso não o faça, será considerado para todos os fins de direito como empresário irregular.

(B) não está obrigado à inscrição na Junta Comercial, pois o dever de inscrição só se aplica à sociedade empresária rural.

(C) apenas está obrigado à inscrição na Junta Comercial caso seja enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

(D) não está obrigado à inscrição na Junta Comercial, mas se vier a fazê-lo, ficará equiparado ao empresário registrado para todos os fins de direito.

(E) está obrigado à inscrição na Junta Comercial, mas a ele é defeso pleitear enquadramento como microempresário ou empresário de pequeno porte.

3. (FGV - 2023)

José é surpreendido pelo sucesso de sua filha, Mariana, como influenciadora digital. Embora ainda tenha 15 anos, Mariana já é um fenômeno das redes sociais, com mais de 20 milhões de seguidores interessados em suas postagens sobre dicas de beleza. Diante dos contratos que precisa assinar relativos a campanhas publicitárias da filha, José percebe o potencial lucrativo de atividade, decidindo, então, organizar os negócios de Mariana, mediante a constituição de sociedade limitada dedicada à exploração comercial de sua imagem.

Nesse contexto, é correto afirmar que Mariana

(A) não pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, por ser absolutamente incapaz.

(B) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que seus responsáveis legais também seja sócios.

(C) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que não seja administradora da sociedade, o capital social esteja totalmente integralizado e que seja representada pelo seus representantes legais no ato da constituição da sociedade.

(D) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que não seja administradora da sociedade e que seja representada pelo seus representantes legais no ato da constituição da sociedade, independentemente da integralização do capital social.

(E) pode ser titular de quotas de uma sociedade limitada, desde que capital social esteja totalmente integralizado e que seja representada pelos seus

representantes legais no ato da constituição da sociedade, podendo exercer a administração da sociedade, desde que devidamente representada.

4. (FGV - 2021)

A despeito de o direito brasileiro exigir o pleno gozo da capacidade civil para o exercício de empresa, há regra diversa para a participação de incapazes, que podem integrar a sociedade empresária, desde que:

- (A) se trate de sociedade por ações, o capital social esteja totalmente integralizado e o incapaz tenha somente ações sem direito a voto;
- (B) o sócio incapaz não exerça a administração da sociedade, tenha apenas quotas ou ações sem direito a voto e haja prévia autorização judicial;
- (C) haja prévia autorização judicial e o sócio relativamente incapaz esteja assistido e o absolutamente incapaz esteja representado por seus representantes legais;
- (D) se trate de sociedade do tipo limitada e o sócio relativamente incapaz esteja assistido e o absolutamente incapaz esteja representado por seus representantes legais;
- (E) o sócio incapaz não exerça a administração da sociedade, o capital social esteja totalmente integralizado, o sócio relativamente incapaz esteja assistido e o absolutamente incapaz esteja representado por seus representantes legais.

5. (FGV - 2024)

O empresário exerce sua empresa de modo profissional por meio da organização de bens materiais e/ou imateriais que representam uma universalidade de fato denominada “estabelecimento”. O instituto é regulado no Código Civil, que dispõe sobre efeitos obrigacionais decorrentes da alienação do estabelecimento, também denominada “trespasse”.

Sobre os efeitos do trespasse, analise as afirmativas a seguir.

I. Salvo disposição em contrário, a transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

II. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores,

ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir da publicação do contrato na imprensa oficial.

III. A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação do contrato à margem da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

6. (FGV - 2024)

O Restaurante Beta Ltda. vem passando por severas dificuldades financeiras. Assim, seus sócios aprovaram por unanimidade a transferência do estabelecimento para o Restaurante Alpha Ltda.. Para tanto, celebraram contrato de trespasse. Analise a situação hipotética narrada com base no ordenamento jurídico brasileiro e assinale a alternativa correta.

- (A) Caso seja silencioso o contrato de trespasse, o Restaurante Beta Ltda. não poderá fazer concorrência ao Restaurante Alpha Ltda. pelo prazo de cinco anos.
- (B) O trespasse do estabelecimento empresarial envolve necessariamente a transferência da propriedade do prédio onde se localiza a sede da empresa.
- (C) O ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o estabelecimento empresarial, exigindo que os bens integrantes sejam físicos.
- (D) A alienação do estabelecimento empresarial produzirá automaticamente efeitos perante terceiros, dispensando o registro na Junta Comercial.
- (E) A sociedade Restaurante Alpha Ltda. responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência regularmente contabilizados pelo prazo de dois anos.

7. (FGV - 2025)

Bento de Abreu e Bernardino de Campos são os únicos sócios e fundadores da sociedade empresária *Abreu & Campos Ltda.* Os sócios deliberaram a transformação da sociedade de limitada para companhia e lhe pediram orientação sobre o nome empresarial.

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2022)

Assinale a opção que corresponde a bem jurídico coletivo aparente.

- (A) Meio ambiente equilibrado.
- (B) Administração estatal da justiça.
- (C) Incolumidade pública.
- (D) Ordem econômica.
- (E) Relações de consumo.

2. (FGV - 2022)

Assinale a opção que apresenta afirmativa correta em relação à função de prevenção especial positiva da pena.

- (A) A imposição da pena ao delinquente tem efeito inibitório sobre outros indivíduos que possam ter intenções criminosas.
- (B) As condições do cumprimento da pena inspiram o propósito do condenado de, no futuro, comportar-se segundo o direito.
- (C) A aplicação da pena ao criminoso reassegura a sociedade da efetiva vigência das normas jurídicas.
- (D) O condenado deve experimentar mal tão grave quanto o que ele infligiu ao ofendido, a fim de que tenha consciência do desvalor de seu comportamento.
- (E) Com o cumprimento da pena, o condenado passa a temer as consequências jurídico-penais de suas ações e desiste de delinquir.

3. (FGV - 2024)

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

- 1.Princípio da legalidade
- 2.Princípio da intervenção mínima
- 3.Princípio da culpabilidade
- 4.Princípio da humanidade

() Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

() De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal. () A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

() São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

4. (FGV - 2024)

Assinale a afirmativa que **corretamente** descreve um princípio do Direito Penal.

- (A) O princípio da insignificância afasta a tipicidade formal do delito.
- (B) O princípio da culpabilidade penal impõe que a responsabilidade deve ser pessoal, subjetiva e pelo fato, afastando-se a influência de qualidades pessoais na formação da culpa.
- (C) O princípio da anterioridade defende que a lei anterior ao delito é aplicável ao fato, afastando a possibilidade de aplicação de lei penal posterior que de qualquer forma modifique as características do tipo penal.
- (D) O princípio da adequação social possibilita afastar a ilicitude do fato e tolerar condutas socialmente aceitas, tal como a solicitação de pequenos presentes por servidores públicos.
- (E) O princípio da consunção se caracteriza pela absorção de um delito menos grave por um delito mais grave, também denominado de concurso formal perfeito.

5. (FGV - 2024)

Em relação à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que

- (A) a lei penal mais branda não retroage no caso de crime permanente ou continuado.
- (B) a lei penal posterior, benéfica para o réu, não pode ser aplicada se o processo já estiver na fase de execução da condenação.
- (C) a lei penal superveniente mais rigorosa retroage apenas em caso de reincidência.

(D) a lei penal posterior retroage desde que seja benéfica para o réu, mesmo já tendo sido prolatada a decisão condenatória transitada em julgado.

(E) a lei penal temporária ou excepcional sempre será revogada pela legislação posterior.

6. (FGV - 2024)

Arão foi denunciado em ação penal na qual lhe foi imputada a prática de conduta típica prevista em lei temporária.

Considerando que foi ultrapassado o prazo de vigência da mencionada lei, assinale a opção correta segundo o disposto no Código Penal.

- (A) A conduta deixa de ser punível, exceto se houve danos causados a terceiros.
- (B) A pena permanece aplicável, porém, de maneira atenuada.
- (C) A nova legislação impõe a abolição da imputabilidade.
- (D) A conduta permanece incriminada e punível.
- (E) A conduta praticada é fulminada pela prescrição.

7. (FGV - 2024)

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

8. (FGV - 2023)

Acerca de aplicação da lei penal, nos termos do vigente Código Penal, avalie as afirmativas a seguir.

I. Por força do princípio da especialidade, as regras gerais do Código Penal aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, ainda que está disponha de modo diverso.

II. Por força do princípio da soberania, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no território nacional, com prevalência absoluta sobre convenções tratados e regras de direito internacional.

III. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Está correto o que se afirmar em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

9. (FGV - 2022)

Mesmo diante de diversos avisos e letreros de proibição e dos alertas verbais de agente de segurança pública presente no local, Jack ingressou no Lago do Amor, em Campo Grande/MS, nadando rapidamente até o meio do lago. Quando retornava à margem, foi atacado por um jacaré, vindo a perder um braço. Após a alta médica, Jack dirigiu-se a uma unidade da Polícia Judiciária, realizando registro de ocorrência em desfavor do agente público, afirmando que ele tinha o dever de impedir seu ingresso no lago e que era o responsável pela lesão que sofrera.

Diante desse cenário, é correto afirmar que o agente público:

- (A) é responsável pelo resultado, por ser agente garantidor por força de lei;
- (B) não é responsável pelo resultado, em razão da autocolocação em perigo dolosa;
- (C) é responsável pelo resultado, em razão de omissão penalmente relevante;
- (D) não é responsável pelo resultado, em razão da autocolocação em perigo culposa.

10. (FGV - 2022)

Age com dolo eventual ou indireto a pessoa que (A) prevê que o resultado típico pode ser uma consequência de seu comportamento, porém lhe é indiferente se ela se realizará ou não.

(B) comete um crime consciente de que haverá resultados indesejáveis, mas que são decorrência natural da forma de execução escolhida para alcançar o seu objetivo.

(C) instigado por terceiro a um comportamento reprovável, comete um crime por imprudência.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!